

Estagflação global?

» ARMANDO CASTELAR

Coordenador de economia aplicada do Ibre/FVG e professor do IE/URFG



G O M E Z

Olhando pelo retrovisor, a recuperação da economia mundial mostra-se extremamente robusta. Esta semana, serão divulgados o PIB do segundo trimestre dos Estados Unidos (quinta-feira) e da área do Euro (sexta-feira) e se espera que ambas as estatísticas confirmem o forte ritmo de expansão dessas economias, na esteira da vacinação e dos estímulos fiscais e monetários adotados em reação à pandemia. As estimativas de mercado apontam para altas anualizadas do PIB na faixa de 8,0% e 6,5%, respectivamente, com as projeções indicando um terceiro trimestre ainda mais forte, com essas taxas subindo para 8,5% nos EUA e 10,5% na Zona do Euro, em todos os casos nas séries com ajuste sazonal.

Uma das consequências dessa robusta retomada da atividade econômica global tem sido a alta também consistente da inflação. Isso fica claro no preço das commodities, que subiu com força no primeiro semestre de 2021, registrando alta anualizada de 66%, em dólares. Os preços de bens industriais também aumentaram bastante, resultado da forte alta da demanda por bens e dos estoques em níveis muito baixos. A tendência é de que a inflação também comece a se espalhar para os serviços.

Não deve surpreender, assim, que, no primeiro semestre de 2021, o índice de preços ao consumidor americano tenha tido uma alta anualizada de 7,3% e que, para o ano como um todo, o mercado espere uma inflação em torno de 6%. Para a Área do Euro, também, a expectativa é que este ano a inflação suba para 3%.

Em que medida esse é um choque transitório, ou uma alta que tende a se espalhar conforme o mercado de trabalho se recupere? Em vários emergentes, como o Brasil e a Rússia, os bancos centrais (BCs) vêm elevando os juros. Os BCs dos países ricos, porém, têm defendido ser esse apenas um choque e têm insistido não ter intenção de reverter tão cedo a política monetária expansionista adotada em resposta à pandemia.

O mercado financeiro, porém, vinha se mostrando cético em relação à capacidade dos BCs se manterem imóveis por muito tempo. A aposta dos investidores era, pelo contrário, de um cenário de inflação susten-

tadamente mais alta, que forçaria uma elevação dos juros, em meio a um cenário de forte crescimento econômico. Essa aposta causou uma alta no rendimento dos títulos públicos americanos e europeus, uma desvalorização do dólar, uma rotação nas bolsas de valores em favor de empresas mais sensíveis ao ciclo econômico e um maior apetite por papéis de países emergentes.

Nas últimas semanas, porém, os preços de ativos financeiros foram no sentido oposto, com aumento da aversão ao risco, valorização do dólar, rotação contrária às ações mais sensíveis ao ciclo e perda de apetite por ações de países emergentes. Esta semana, de fato, o rendimento real dos títulos americanos de 10 anos caiu para menos 1,13%, um nível ainda mais baixo do que no auge do pânico com a pandemia. Na Área do Euro, essa taxa ficou ainda mais negativa: -1,65%. Com isso, o retorno nominal desses títulos também caiu bastante, em que pese uma queda modesta das expectativas de inflação, que seguem acima do período pré-pandemia nos EUA, em 2,33% ao ano para a média do próximo decênio.

Por que os investidores ficaram mais pessimistas nas últimas semanas? A resposta mais comum é ser essa uma reação à disseminação da variante Delta da co-

vid-19 no Reino Unido e, em menor escala, nos EUA e em outros países europeus. Isso gerou um receio de que novas quarentenas e restrições à locomoção se façam necessárias e que a normalização da atividade econômica venha a ser mais gradual do que se imaginava antes.

Uma boa notícia, nesse sentido, é que, no Reino Unido, as internações hospitalares e mortes cresceram bem menos do que o número de casos, mesmo após o fim das restrições de mobilidade a partir de 19 de julho. Em esse quadro se mantendo, é provável que um pouco do pessimismo recente seja revertido.

Há também quem considere que essa é a reação exagerada a uma desaceleração apenas natural do crescimento que, mesmo sem permanecer tão espetacular, ainda ficará acima da média recente em 2022-23. De fato, algumas importantes instituições financeiras têm insistido que a deterioração de expectativas é transitória e que o apetite pelo risco deve outra vez aumentar no segundo semestre. Esse seria um cenário positivo para o Brasil. Bem melhor, de fato, do que um quadro em que o crescimento global desacelera, mas a inflação segue alta, forçando a mão dos BCs, o que seria bem ruim para os emergentes.

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Não aprenderam nada

Para aqueles que têm a capacidade de extrair das experiências amargas lições para toda a vida, de certo vão reter para sempre na memória esse tempo de pandemia, como fizeram nossos antepassados, há exatos 102 anos, com o mal alcunhado de gripe espanhola que, entre 1918 e 1919, deixou um rastro de mais de 50 milhões de mortos por todo o planeta.

São aprendizados que dizem muito sobre o nosso comportamento futuro e, de certa forma, moldam nossa capacidade de adaptação e evolução, o que os antropólogos denominam de resiliência. De alguma forma, necessitamos dessa desordem para evoluirmos, encontrando meios mais racionais de nos adaptarmos ao mundo em que vivemos. Exemplos dessa redireção de comportamento, provocada por situações inusitadas e perigosas, existem em grande abundância ao longo de toda a nossa história. Trata-se de um ciclo contínuo que a própria natureza parece preparar, de tempos em tempos, para que possamos, pelo menos, refletir sobre a fragilidade da vida.

É assim que funciona no mundo macro e deveria funcionar também na vida social e íntima de cada um, lapidando a nossa capacidade de entender o momento e de nos relacionar com nossos semelhantes. Transportada essa dura experiência atual para a nossa realidade política e institucional, o que temos visto é que nenhum desses personagens, que ora ocupam os altos cargos de comando da nação, parecem, como dizem, “não terem aprendido nada” e não terem esquecido de nada”, tal a perpetuação da crise que nos assola desde o aparecimento da pandemia da covid-19 no início de 2020.

Para nós, ficou a nítida impressão e uma certeza de que a pandemia, mais do que demonstrar o pandemônio que perfazia toda a administração federal da área de saúde pública, deixou patente que o atual governo, assim como governos do passado, que preferiam edificar estádios monumentais em vez de hospitais de ponta, não servem aos propósitos e aos anseios da população. Mais do que isso, a pandemia deixou claro, para muitos, que estamos no rumo errado, se desejarmos alcançar um patamar mínimo de país desenvolvido na questão segurança, o bem-estar da sociedade e, principalmente, no que diz respeito à boa governança e todas as suas características.

Parece que o sofrimento trazido pela pandemia a todos os brasileiros e ao mundo não tem o dom de sensibilizar os poderes do Brasil para o momento de fragilidade experimentado por todos, o que deixa certo. Para aqueles que têm capacidade de observar a cena, é de que eles não aprenderam nada e por certo, jamais aprenderão.

»» A frase que foi pronunciada

“Eu sonho com um mundo onde a verdade é o que molda a política das pessoas, ao invés de a política moldar o que as pessoas pensam ser verdade.”

Neil de Grasse Tyson, astrofísico

De graça

» De hortas caseiras a importantes biografias. A biblioteca digital da Embrapa disponibiliza milhares de títulos a serem baixados gratuitamente. Veja o caminho no *Blog do Ari Cunha*.

Bilíngues

» Um trabalho minucioso, desenvolvido por dezenas de pesquisadores de várias universidades públicas brasileiras, culminou no projeto para ensino de português a surdos. Adotado pelo Ministério da Educação, o programa, além de ser usado em todo o país, atinge desde a educação básica ao ensino superior. Sandra Nascimento, professora da UnB e coordenadora do trabalho, não esconde a satisfação com o resultado do comprometimento acadêmico nesse importante passo social.

Em estudo

» Mudanças na Bolsa Família vão atingir a formação profissional como prioridade. A pescaria vai começar. Mesmo prevendo um aumento de 50% no valor da bolsa, questões trabalhistas serão estimuladas com menos custos para os empregadores e menos burocracia. Os números que vão mudar são os 12 milhões de desempregados deixados pela presidente Dilma e mais os que sofrem, atualmente, com as restrições da pandemia.

Ao futuro

» Blockchain é a tecnologia que vai facilitar a vida do cidadão do planeta Terra. Informações cruzadas, pagamentos, compras, imóveis, taxas, impostos, tudo controlado em apenas um lugar. Bom para os honestos. A segunda versão dessa validação dos dados chama-se Ethereum.

Manifestação

» Em 23 de agosto de 2020, na capital da Lituânia, Vilnius, pessoas de mãos dadas formaram 32 km de corrente humana para protestar contra o resultado duvidoso das eleições.

»» História de Brasília

Já assumiu o cargo de diretor do Departamento Hospitalar da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, o dr. Sávio Pereira Lima. Suas novas funções asseguram um nível melhor para os hospitais de Brasília. (Publicado em 6/2/1962)

Saúde mental: ações desencontradas afetam as políticas públicas

» MARIA FERNANDA QUARTIERO

Diretora presidente do Instituto Cactus

» LUCIANA BARRANCOS

Gerente executiva do Instituto Cactus

As discussões sobre saúde mental estão se tornando cada vez mais presentes e necessárias. A premissa de que “não há saúde sem saúde mental”, que simbolizou o alerta global para a necessidade de ações em relação às consequências dos transtornos mentais, tem um significado ainda mais particular nas primeiras décadas de vida — fase em que se manifestam pela primeira vez diversas dessas condições.

Transtornos mentais em idades precoces são associados ao uso de substâncias, evasão escolar, limitações econômicas, problemas de saúde física e também suicídio. Por esse motivo, a saúde mental não pode ser dissociada de outros problemas de saúde, nem de agendas sociais, como a educação e a empregabilidade.

É muito comum que o assunto seja abordado como dificuldades para lidar com emoções e sentimentos. No entanto, sem atenção e políticas intersetoriais consistentes, os impactos podem também se estender para as famílias, comunidades, sistemas de saúde, educacionais, de assistência e até mesmo para o país.

É de extrema importância refletirmos sobre as impermanências do campo da saúde mental na realidade brasileira. Ainda nos

anos 1970, o Brasil se tornou referência internacional pela Reforma Psiquiátrica, que trouxe mudanças devido às denúncias de abuso em hospitais psiquiátricos. Esse processo se intensificou em 2001, por meio de garantias legais efetivas e o redirecionamento de recursos hospitalares para assistência básica de saúde mental.

A aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica (nº 10.216, de 2001), redirecionou os recursos para a expansão da rede de serviços comunitários, com aumento da oferta de cuidados em saúde mental. Outro passo importante, a criação das Redes de Atenção Psicossocial (Raps) — que oferecem serviços integrados para pessoas com sofrimento mental ou problemas decorrentes do uso de substâncias — junto aos Centros de Atenção Psicossociais (Caps) — se tornaram referências de acolhimento para os usuários.

No entanto, o levantamento *Caminhos em Saúde Mental*, que realizamos ao longo de 2020, revelou uma mudança de prioridades. Desde o final de 2015 e início de 2016, observam-se inconsistências na abordagem comunitária que avançava de forma tão promissora. Novas portarias do Ministério da Saúde criaram Unidades Ambulatoriais Especializadas, que permitiram a interna-

ção de crianças, adolescentes e incluíram hospitais psiquiátricos nos RAPS, diminuindo o orçamento da atenção básica.

Apesar dos avanços, o Brasil tem um cenário em que as políticas públicas de saúde mental não são implementadas de forma regular, na qual é difícil observar reais progressos. Em meio a tantos desafios, algumas prioridades precisam de mais atenção, não apenas do governo, mas da academia, de sociedade civil e de outros setores. Entre elas, a integração dos cuidados de saúde mental às estratégias de saúde geral, como ocorre nas campanhas de atenção pré-natal, de vacinação e de saúde nas escolas.

As dicotomias do passado — que impediram a efetivação de uma política de saúde mental, ao mesmo tempo científica e humana — precisam ser lembradas para que os equívocos não se repitam ou piorem na realidade pós-pandemia. Nessa encruzilhada, a promoção e a proteção da saúde mental devem estar em primeiro plano. Para isso, é imprescindível refletirmos na narrativa da saúde mental a mesma centralidade que ela já ocupa na nossa sociedade, nos nossos lares, corporações e vidas pessoais. Precisamos falar abertamente sobre isso, de forma mais articulada e menos polarizada.